

sim, nós queremos!



"Aqui estou hoje, humilde perante a tarefa à nossa frente, grato pela confiança que depositaram em mim, consciente dos sacrifícios que os nossos antepassados enfrentaram. (...)

A partir de hoje, devemos levantar-nos, sacudir a poeira e começar a tarefa de refazer a América.

(...)

E por isso, aos outros povos e governos que nos estão a ver hoje, das grandes capitais à pequena aldeia onde o meu pai nasceu: saibam que a América é amiga de todas as nações e de todos os homens, mulheres e crianças que procuram um futuro de paz e dignidade, e que estamos prontos para liderar mais uma vez.

(...)

Não vamos pedir desculpa pelo nosso modo de vida, nem vamos hesitar na sua defesa, e àqueles que querem realizar os seus objectivos pelo terror e assassinio de inocentes, dizemos agora que o nosso espírito é mais forte e não pode ser quebrado; não podem sobreviver-nos, e nós vamos derrotar-vos.

Porque nós sabemos que a nossa herança de diversidade é uma força, não uma fraqueza. Nós somos uma nação de cristãos e muçulmanos, judeus e hindus – e não crentes. Somos moldados por todas as línguas e culturas, vindas de todos os cantos desta Terra; e porque provámos o líquido amargo da guerra civil e da segregação, e emergimos desse capítulo sombrio mais fortes e mais unidos, não podemos deixar de acreditar que velhos ódios um dia passarão; que as linhas da tribo em breve se dissolverão; que à medida que o mundo se torna mais pequeno, a nossa humanidade comum deve revelar-se; e que a América deve desempenhar o seu papel em promover uma nova era de paz.



da Casa Branca para o mundo

Ao mundo muçulmano, procuramos um novo caminho em frente, baseado no interesse mútuo e no respeito mútuo. (...)

Aos povos das nações mais pobres, prometemos cooperar convosco para que os vossos campos floresçam e as vossas águas corram limpas; para dar alimento aos corpos famintos e aos espíritos sedentos de saber. E às nações, como a nossa, que gozam de relativa riqueza, dizemos que não podemos mais mostrar indiferença perante o sofrimento fora das nossas fronteiras; nem podemos consumir os recursos do mundo sem prestar atenção aos seus efeitos. Porque o mundo mudou, e devemos mudar com ele.

(...)

O que nos é exigido agora é uma nova era de responsabilidade – um reconhecimento, da parte de cada americano, de que temos obrigações para connosco, com a nossa nação, e com o mundo, deveres que aceitamos com satisfação e não com má vontade, firmes no conhecimento de que nada satisfaz mais o espírito, nem define o nosso carácter, do que entregarmo-nos todos a uma tarefa difícil.

Este é o preço e a promessa da cidadania.

(...)"

Barack Obama

(*excertos do discurso de posse, a partir da edição electrónica do jornal «Público»*)

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico e Foto da Capa Adriano Rangel · **Paginação / Digitalização** Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 21.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Tenacidade e resistência



Ao **Costa Carvalho**,
pela combatividade, pela generosidade,
pela acção determinante
na construção do SPN

Na “História do Movimento Sindical Docente”, Gomes Bento lembra que “os professores têm um passado de luta pelos seus interesses profissionais e pelas reformas essenciais no ensino. Muitas das suas propostas integravam-se no melhor espírito progressista do tempo, defendiam métodos pedagógicos antitradicionalistas, enalteciam valores humanistas, desmistificavam as pseudo-reformas, erguiam-se contra prepotências e arbitrariedades do poder”.

2008 terá certamente um lugar de relevo nessa história. As duas manifestações de professores (8 de Março e 8 de Novembro) e a greve de 3 de Dezembro, pelo seu simbolismo e pela sua dimensão, ficarão como marcos de afirmação da classe docente – da sua força, da sua unidade, da sua determinação em resgatar a dignidade da sua profissão que, de forma recorrente nos últimos anos, viu desvalorizada no seu estatuto, descaracterizada e funcionarizada, publicamente desconsiderada e desautorizada pela própria ministra da tutela. Em 2009, a resposta dos professores tem que continuar a estar à altura do ataque de que vêm sendo alvo. A forte adesão à greve de 19 de Janeiro foi um sinal claro de que, apesar da intransigência do Ministério da Educação (ME), os professores continuam mobilizados para lutar por aquilo em que acreditam.

O regime transitório de avaliação do desempenho, publicado a 5 de Janeiro, simplifica procedimentos, mas mantém intactos os pressupostos e a configuração do modelo. Não altera, assim, em nada, a contestação a *esta* avaliação e a *este* Estatuto da Carreira Docente (ECD).

A recusa dos professores em participar neste processo, nomeadamente não entregando os objectivos individuais, é a forma de luta mais eficaz para impedir o ME de atingir o seu grande objectivo: aplicar, de qualquer forma, ainda neste ano lectivo, este modelo de avaliação (ou o que resta dele), para que o ECD esteja implementado na sua totalidade quando o Governo acabar o seu mandato. Isso não acontecerá enquanto *esta* avaliação do desempenho não estiver concretizada no terreno.

Desistir agora significa ajudar o ME a aplicar o *seu* modelo e a consolidar o *seu* Estatuto. Mas tem ainda outras implicações: retira sentido à luta que os professores têm vindo a desenvolver e poderá hipotecar ganhos futuros.

Manuela Mendonça,
coordenadora do SPN



No processo de revisão do ECD – que o ME, a contragosto, foi obrigado a calendarizar já a partir de 28 de Janeiro – não está em causa apenas um modelo alternativo de avaliação do desempenho. Está também o fim da divisão da carreira em duas categorias, da prova de ingresso e das quotas para progressão e classificação.

Ora, nos últimos três anos, nunca os docentes tiveram, como agora, nas suas próprias mãos, a possibilidade de vir a atingir estes objectivos.

Os professores têm o direito e o dever de não assistir passivamente à desvalorização do seu Estatuto, ao agravamento das suas condições de trabalho, à degradação da escola pública.

O tempo é de não baixar os braços. É de encontrar caminhos que nos permitam reforçar a nossa acção colectiva, honrando o legado dos que, antes de nós, muitas vezes em contextos bem mais adversos, deram um inestimável contributo para a valorização da profissão docente, afirmando-a como profissão imprescindível à construção de um futuro melhor, no respeito pela dignidade social que lhe é devida. ▶

A nossa luta

ANA ALVIM



nã~o esmorece

Quem luta assim, quem ousa tentar derrubar com coragem e determinação um muro de obstinação criado com tanta cegueira política, acaba sempre por vencer.

Porque é que a luta dos educadores/professores não esmorece?

É hoje claro para todos que a grande aposta do Ministério da Educação (ME) e do Governo foi feita nesse sentido. Às duas grandiosas manifestações de Março e Novembro do ano passado reagiram surpreendidos e acossados, mas admitindo que, aguentando firmes, a dor ia passar e uma qualquer vitória – pírrica que afosse – iria aparecer, fruto da sua teimosia travestida de firmeza, num cenário do mais puro *marketing* montado para analista político ver.

Mas a Março e Novembro sucederam-se, na ordem natural das coisas, Dezembro e Janeiro, e aí ocorreram duas não menos grandiosas greves de educadores/professores, as maiores de sempre, ambas acima dos 90% de adesão.

Pelo meio fica, ainda, a entrega dos dois maiores abaixo-assinados de sempre, ambos na casa das 70 mil assinaturas, obtidas em poucos dias, e querendo dizer que mais tempo houvesse para a respectiva recolha e o pleno dos educadores/professores poderia ser atingido no abraçar desse objectivo – tornar comuns os princípios que orientam o decurso dessa mesma luta.

Afirmar a cidadania, continuar a luta

Só que – e para esta decisiva nuance nem ME nem Governo estavam preparados – a luta assume e revela um carácter permanente, generalizada que está às escolas de todo o país, entranhando-se no quotidiano de todas elas a partir da recusa generalizada em implementar o modelo de avaliação de desempenho do ME, mesmo na versão simplex (palavra que, como sabemos, designa a modernice tão cara ao Engº Sócrates na sua freudiana obsessão tecnológica).

Aquilo que, em verdade, constitui um elevado e nobre gesto de desobediência cívica é, em última análise, uma exaltante afirmação de cidadania activa, que conjuga reflexão e consciência profissional com acção e determinação em não deixar apagar o direito de uma classe à indignação. Um exercício democrático de oposição a um absolutismo serôdio, impróprio e totalmente inadequado ao espaço de democracia tão duramente conquistado em 1974.

O Governo, mais do que sonhar com o desgaste que um processo de luta tão prolongado pode provocar nos educadores/professores, deve preocupar-se com a erosão que se vai registando no seu suporte parlamentar, nunca se sabendo se a expressão livre de mais um deputado não desequilibra a balança parlamentar a seu desfavor [no fecho desta edição, ainda não tinha sido votado um projecto de lei do CDS/PP para suspensão da avaliação, agendado para 23 de Janeiro na Assembleia da República].

De uma coisa os educadores/professores podem estar certos – quem luta assim, quem ousa tentar derrubar com coragem e determinação um muro de obstinação criado com tanta cegueira política, acaba sempre por vencer. ▶

Aposentados reclamam outra política social

Nos últimos anos, a aposentação na Função Pública tem sido muito maltratada, com a desculpa de que os seus trabalhadores são muito beneficiados face ao regime geral da Segurança Social.

Esta campanha, usada e abusada pelo Governo para tentar virar a população contra esses trabalhadores, também foi utilizada contra os professores.

Estes trabalhadores viram os seus direitos adquiridos perdidos – 36 anos de serviço/60 de idade, bem como outros devidos a aposentações especiais para profissões de alto risco. Dada a alteração da carreira, os professores que já tinham as suas pensões indexadas aos vencimentos dos do activo foram confrontados com dificuldades em fazer aplicar a Lei 39/99, que não permitia que nenhum docente ficasse com uma pensão inferior a 70% do vencimento de um professor com o mesmo tempo de serviço no activo.

A ideia do aumento da idade para a aposentação e a penalização de 4,5% por cada ano em falta conduziu a que professores licenciados e no topo da carreira tenham sido aposentados com metade do seu vencimento.

Por outro lado, tem-se verificado o êxodo dos professores do Ensino Secundário, que não conseguem aguentar as condições humilhantes das escolas.

A VI Conferência Inter-Reformados tem que ter uma posição positiva face a estes trabalhadores, que cumpriram durante toda a sua vida e que se sentem envergonhados com estas pensões.

Pensões em perda

Desde 2006, são estabelecidos *plafonds* para o aumento das pensões, chegando, em 2007, o limite a ser até seis retribuições mínimas mensais garantidas (leia-se salário mínimo). Como acharam que estavam a ser generosos criaram um indexante social mais barato do que o salário mínimo para servir de barreira ao pagamento dos aumentos, já de si menores do que os dos trabalhadores no activo.

Nestes dois últimos anos, estão sem aumentos todos os professores e educadores licenciados e docentes do Ensino Superior aposentados desde 2002.

O limite para os aumentos fixou-se em 2.444 €, enquanto que os reformados do regime geral tiveram aumentos até aos 4.222 €. Não é assim que se cria igualdade entre os dois regimes.

A proposta do Governo para este ano tenta corrigir estas desigualdades, criando três escalões de aumento, mas a diferença entre o aumento para os aposentados e para os trabalhadores no activo continua a ser grande.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) sugere a esta VI Conferência a exigência da consagração da indexação dos aumentos em igualdade com os do activo.

Assalto aos subsídios

Por outro lado, os aposentados da Função Pública viram as suas pensões diminuídas com os descontos para a ADSE, tendo-se chegado ao cúmulo de aplicarem os descontos ao subsídio de férias e 13º mês.

O SPN apresentou reclamação ao Provedor de Justiça (que envidou todos os esforços para corrigir esta ilegalidade) e os professores e educadores aposentados reclamaram para a Caixa Geral de Aposentações e para o Ministério das Finanças.

Em Abril, o ministro das Finanças declarou na Comunicação Social, depois de questionado na Assembleia da República por deputados do partido do Governo, que ia corrigir a situação e devolver as verbas em causa.

A correcção foi voltar a descontar nos subsídios do ano passado... E os professores aposentados voltaram a reclamar, sem uma solução à vista. Como legítimo representante das centenas de professores reclamantes, o SPN já fez entrar no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto uma acção por falta de cumprimento da Lei vigente.

A VI Conferência de Inter-Reformados deve afirmar que não há leis com efeitos retroactivos e que as verbas cobradas ilegalmente devem ser devolvidas imediatamente e com os juros respectivos. ▶

Nota: Intervenção de Teresa Maia Mendes (Mesa da Assembleia-Geral do SPN) na 6ª Conferência Nacional da Inter-Reformados, para cuja direcção foi eleita. Títulos da Redacção.



Mais precariedade no horizonte

O Sindicato dos Professores do Norte realizou, no dia 15 de Janeiro, uma reunião de educadores e professores contratados e desempregados. Vários dos presentes disseram sentir-se injustiçados pelo facto de já terem sido avaliados no ano passado e a sua notação ter sido alterada administrativamente em função das quotas.

O momento de luta que se vive nas escolas, fruto da grande indignação pelas medidas que têm sido implementadas pelo Ministério da Educação (ME), é visto pelos docentes contratados e desempregados como o caminho a seguir.

Apesar dos constrangimentos que sentem – fruto das ameaças de possíveis penalizações, algumas veiculadas de forma inconsistente e tendo como único fim a fragilização desta luta –, a sua revolta não abranda e a vontade de lutar permanece. Conscientes das penalizações que poderão advir da não entrega dos objectivos individuais, estes educadores/professores sentem a importância de se manterem junto daqueles que, demonstrando firmeza, não cedem às pressões de que são alvo por parte deste ME. O facto de já terem sido avaliados no ano passado com base num modelo de quotas, torna ainda mais claras para estes colegas as injustiças que daí advêm. Vários dos presentes demonstraram sentir-se injustiçados pelo facto de no ano passado terem tido pontuações para classificação de 'Muito Bom' e 'Excelente' e estas terem sido alteradas para 'Bom' pela aplicação administrativa de quotas.

A apresentação do *Simplex2*, que permite que um/a professor/a para ter "Bom" não precise de avaliação da componente científica e pedagógica, e que um/a avaliador/a não tenha de dar provas de que é bom/boa para poder avaliar, denota a falta de seriedade por parte da tutela que, com esta medida, apenas pretende fazer a luta esmorecer enquanto o período pré-eleitoral decorre.



ANA ALVIM

Visões economicistas e redutoras

A posição assumida em muitas escolas pela não entrega dos objectivos individuais:

- em defesa do direito a um modelo de avaliação que dignifique a profissão e não transforme o professor num mero burocrata, confinado ao cumprimento de objectivos;
- pela alteração do Estatuto da Carreira Docente no que se refere à prova de acesso, às quotas e à diferenciação por categorias;

É claramente uma luta e um desígnio para estes professores, que, confrontados com imperativos de autoritarismo, se sentem cada vez mais coagidos no exercício da sua profissão.

A indignação pelas alterações que têm vindo a ser implementadas e as que, já em projecto, aguardam publicação em Diário da República – como, por exemplo, o diploma dos concursos – reflectem o trilha político deste Executivo no que se refere às relações contratuais. A visão economicista, tendo como primado poupar e só poupar, e a visão redutora da importância da educação no desenvolvimento de um país, tem como corolário a perda do direito ao emprego estável. A forma como estas políticas se expressam assenta na contratação de trabalhadores sem qualquer vínculo, tendo como único horizonte, apenas e só, a precariedade.

Lutar por uma Escola Pública de qualidade e defender a dignidade profissional e a qualidade de serviço prestado aos alunos, é um dever de todos os educadores e professores. ▶

Salomé Ribeiro,
Área Sindical do Porto

Sistema educativo: modernização ou domesticação?

A situação actual dos professores exige que não fiquemos confinados na consciência da gravidade do estado da Educação em Portugal, mas que esta consciência crítica se traduza em acções concretas antes de vermos consumada a transformação da Escola em instrumento de um sistema totalitário cujo objectivo último é produzir cidadãos domesticados e submissos àquilo a que o Governo do Partido Socialista chama *modernidade*; termo por meio do qual os dirigentes do Partido Socialista traduzem uma antiga expressão: “A bem da Nação”.

Passado todo este tempo, é hoje muito claro que aquilo a que o primeiro-ministro de Portugal chama *modernidade* e *modernização* mais não tem sido do que o pôr em movimento um projecto totalitário que pretende servir-se dos instrumentos da vida democrática contra a Democracia, não hesitando em tecer uma muito bem urdida teia para *trucidar*, diminuir, perseguir ou destruir todos aqueles que resistem a ser tratados como cidadãos interditados.

A legislação do Governo do Partido Socialista no âmbito do Ministério da Educação (Estatuto da Carreira Docente, modelo de gestão das escolas, legislação sobre os concursos e o sistema de avaliação dos professores) constitui uma arquitectura do “espaço docente” como espaço de menoridade mental: ao entrar na escola em que lecciona, o docente deve ser despido da sua cidadania, do seu estatuto inalienável de pessoa humana para vestir

o “uniforme legislativo” oferecido e imposto a todos os professores, sem o qual o processo de reificação dos alunos ficaria perigosamente comprometido.

Não são os professores profissionais a quem foi exigida uma formação científica e pedagógica para poderem ser reconhecidos institucionalmente como professores? De facto, todos sabem que os professores são detentores, pelo menos, de uma licenciatura e estágio pedagógico. Acresce que ao longo da sua carreira docente, fizeram formação complementar e foram avaliados várias vezes. Sempre que houve problemas de carácter científico e pedagógico com alguns docentes, os competentes serviços da Inspeção do Ministério da Educação actuaram e corrigiram o que houvesse a corrigir.

Objectivo: subjugar os professores

Porém, para o primeiro-ministro e a equipa por ele nomeada para o Ministério da Educação, foi com este Governo do Partido Socialista que começou a História da Educação em Portugal. Tudo o que é anterior a Sócrates ou não existe ou está errado.

Um sinal, entre muitos, do cínico desprezo pelo efectivo trabalho de tantas gerações de professores e pelo seu inegável contributo para a Educação em Portugal, é este simples facto: para o concurso a professor titular só contou o tempo de serviço a partir do ano lectivo 1999/2000. Todo o trabalho docente anterior a esta data é considerado lixo, porque o critério “científico” que identifica a realidade da excelência da actividade docente não é o concreto trabalho dos professores desenvolvido durante todos os anos da sua carreira; o que constitui a realidade como realidade é, para o Governo do Partido Socialista, a legislação por ele produzida, mesmo sabendo que a realidade não se deixa amordaçar pela falsa consciência.

O primeiro-ministro e a equipa por ele nomeada para o Ministério da Educação tratam os professores como ignorantes e como preguiçosos que não se preocupam com a evolução da personalidade dos alunos, com a sua progressão na sólida e bem fundamentada aquisição de conhecimentos, pessoas mal formadas para quem é indiferente a reprovação ou abandono do sistema de ensino por parte dos alunos.



ADRIANO RANGEL

Se os professores não fossem pessoas incompetentes, cuja actividade subversiva, pondo em perigo o Sistema de Ensino, visa apenas a conquista de privilégios, o Ministério da Educação tomaria a iniciativa de dialogar francamente, e sem reservas mentais, com os professores sobre os problemas e os desafios que se colocam à Escola neste século XXI. Mas os professores, cada um ou organizados em movimentos e sindicatos, são considerados um conjunto de pessoas pouco sérias, e é por isso que o Ministério da Educação se viu obrigado a publicar uma legislação não para uma sociedade normal com uma escola constituída por pessoas normais.

A leitura atenta da legislação produzida pelo Ministério da Educação nunca põe em destaque a positiva consideração do trabalho docente; toda a legislação relativa aos professores (Estatuto da Carreira Docente, modelo de gestão das escolas, legislação sobre os concursos e o sistema de avaliação) é ditada por uma angústia persecutória dos governantes que, coerente com um registo esquizo-paranóide, pretende “proteger” o Sistema Escolar dos malefícios dos professores recorrendo a um maniqueísmo próprio desta teocracia laica que assenta na religião e culto do chefe, legitima a sua falsa consciência com a produção ideológica dos seus teólogos seculares, e à qual não faltam os indispensáveis e subservientes turiferários. Quem for “ateu” e não praticar a religião do Estado incarnada no culto do Chefe é exemplarmente castigado, tal como já foram, entre outros cidadãos deste país, muitos professores, alguns dos quais se puderam reformar antes de cumprir a pena.

Sendo a Escola um aparelho ideológico de Estado, o actual Governo do Partido Socialista queria que este indispensável e tão importante aparelho ideológico se tornasse o seu monopólio. Mas para isso é preciso subjugar os professores desrespeitando-os na sua elemental dignidade de pessoas, afogando-os numa insensata actividade administrativa-burocrática que lhes limite e dificulte o exercício pleno e competente da sua função docente.

Toda a arquitectura do aparelho legislativo em construção, por parte do Ministério da Educação, tem como objectivo último fazer da Escola, não um espaço de desenvolvimento integral da pessoa humana, mas o lugar da aprendizagem de reflexos condicionados que mutilem a legítima expressão da liberdade, reduzindo as suas fronteiras ao culto da heteronomia e ao exercício exclusivo do pensamento unidimensional, sem o que ficaria comprometida a modernidade do Partido Socialista, isto é, “a bem da Nação”.

Professores irritam o Governo

O governo do Partido Socialista e esta equipa do Ministério da Educação sabem que a propaganda, de cujas técnicas têm sido exímios agentes, não encontra nos professores acolhimento ingénuo e imaturo. Eles sabem que os professores exercem, com competência e dedicação, o trabalho docente que os constitui como “intelectuais orgânicos” na sociedade, e por essa razão há que legislar de modo a controlar



ADRIANO RANGEL

eficazmente o exercício livre, consciente e crítico do pensamento, nem que para tal seja necessário utilizar a razão como instrumento para negar a própria Razão.

Os professores ainda são, na nossa sociedade, uma reserva da razão crítica contra a alienação sócio-cultural a que o poder político exercido pelo Partido Socialista nos quer submeter fazendo do uso equívoco da linguagem e da leitura distorcida do real a base do seu discurso.

O governo do Partido Socialista fez da generalização da alienação a condição da sua manutenção no poder e quer fazer do sistema de ensino um “campo de reeducação”. Mas para o conseguir tem de subjugar os professores exigindo-lhes que não pensem e que fiquem reféns das tarefas burocráticas a que os querem acorrentar para não terem tempo para pensar; exigindo-lhes que renunciem a usar o seu saber para denunciar os gravíssimos erros que o Ministério insiste em manter e agravar.

Este governo finge esquecer que os professores não estiveram todos estes anos à espera de que Sócrates fosse primeiro-ministro para finalmente perceberem que necessitavam de se actualizar científica e pedagogicamente. Não estivessem já os professores actualizados quando Sócrates chegou ao poder, e fossem eles incompetentes e vendidos às conveniências do poder temporariamente vigente, e este Governo já teria conseguido realizar “a reforma do sistema de ensino”. Por outras palavras, já teria conseguido transformar a Escola no seu instrumento de domesticação ideológica.

O que irrita este Governo é o facto de os professores não serem aquilo de que são acusados; o que irrita este Governo é o facto de os professores serem gente empenhada e competente que por sua própria iniciativa se valoriza cientificamente; o que irrita o primeiro-ministro e a equipa do Ministério da Educação é o facto de os professores não trocarem a sua dignidade e a dignidade dos alunos pelos interesses e pelas estratégias de um poder cego que, não conseguindo corromper-nos, nos ataca e persegue.

A “consciência unilateral” do PS

Os professores também estão irritados com as atitudes deste Governo. Mas a razão da nossa irritação fica bem explicitada com o pensamento (Pensamento 80) de Pascal: “Donde vem que um coxo nos não irrita e um espírito coxo nos irrita? Porque um coxo reconhece que nós caminhamos direitos e um espírito coxo diz que somos nós que coxeamos. Sem isto, sentiríamos por ele piedade, e não cólera”. Será possível que a maioria da classe docente seja tão torta e perversa para ousar assumir posições críticas sem fundamento? Que mais é preciso para compreender as razões que levam o primeiro-ministro e o Ministério da Educação a afirmarem, repetidamente e com alguma perfídia, que os professores coxeiam?

Por que razão o primeiro-ministro e o Ministério da Educação consideram que a competência científica e pedagógica dos professores é uma ameaça para o sistema de ensino? Por que razão entendem que o exercício inteligente da razão crítica é uma ameaça e mesmo um perigo? Justamente porque são competentes, não seriam as pessoas com quem dialogar para equacionar adequada e rigorosamente os problemas da Educação? Justamente porque o seu dia-a-dia na Escola é uma constante interacção teoria-prática, ninguém melhor do que os professores para pensar a problemática da Educação e definir estratégias de acção adequadas às exigências que cada tempo impõe.

O primeiro-ministro e o Ministério da Educação, que atacam a classe docente insidiosamente, pretendem convencer a opinião pública de que os grandes responsáveis por todos os males do Sistema de Ensino são os professores, como se fôssemos um bando de irresponsáveis. Esta estratégia do Partido Socialista, meticulosamente desenvolvida com o objectivo de descredibilizar os professores no conjunto da opinião pública, é um perigoso sinal de imaturidade humana e política:

- só tem medo da Razão quem ainda não é adulto;
- só quem é intelectualmente imaturo, vivendo entrincheirado numa consciência unilateral (que por ser unilateral é sempre falsa consciência), tem a irreprimível necessidade de desvalorizar todos os pontos de vista que não coincidem com o seu.
- só quem confunde o entendimento com a razão é incapaz de pensar a alteridade como interior à própria identidade.

Espantar a indiferença

A gravidade da actual situação exige que nós, professores, assumamos sem medo a defesa da nossa dignidade e não nos escondamos numa “aparente indiferença” à espera que passe a tempestade. Como diz Spinoza: “Aquele que é conduzido pelo medo e que faz o bem para evitar o mal, não é conduzido pela Razão” (Ética IV, Proposição LXIII). Vivemos uma situação sócio-política em que os governantes até a alegria de ser nos querem confiscar; e também por isso nos irritam, aplicando-se-lhes integralmente o seguinte escólio da proposição de Spinoza acima citada: “Os supersticiosos, que sabem mais censurar os vícios que ensinar as virtudes e que não procuram conduzir os homens pela Razão mas contê-los pelo medo de tal maneira que evitem mais o mal que amem as virtudes, não pretendem outra coisa senão tornar os outros tão infelizes como eles; e, por conseguinte, não é de admirar que eles sejam, a maior parte das vezes, insuportáveis e odiosos aos homens”.

Gostamos de ser professores e não podemos permitir que nos roubem a Alegria de ser quem somos.

Esta hora é de luta! Lutemos antes que seja tarde; não esperemos que o outro nos substitua e lute em nossa vez. E no meio da luta não azedemos, mantenhamos a poesia [Voz Activa, Miguel Torga, «Diário XIII», 1983]:

*Canta, poeta, canta!
Violenta o silêncio conformado.
Cega com outra luz a luz do dia.
Desassossega o mundo sossegado.
Ensina a cada alma a sua rebeldia. ▶*

Jorge Mendonça,

Esc. Sec. Fontes Pereira de Melo (Porto)



ADRIANO RANGEL

NOTA: Títulos da Redacção

A avaliação num impasse

As coisas do Ensino em Portugal são como as toiradas: todos percebem e têm opiniões sobre o assunto...” [Adolfo Lima, 1914]. “O debate sobre a escola caracteriza-se, muitas vezes, por uma grande ligeireza e superficialidade. Quanto menos se estuda, mais certezas se declaram.”[António Nóvoa, 2002]

Se na primeira citação substituirmos a palavra toiradas por futebol, então ela é de uma impertinente actualidade. Na segunda, temos a fundamentação para a mais recente inflação de especialistas especialmente especializados em matérias de educação e ensino escolares.

O conflito que hoje opõe os educadores e professores ao Governo, e ao Ministério da Educação em particular, é o resultado de uma acumulação de tensões que não têm apenas origem, nem se confinam, à designada Avaliação de Desempenho Docente. Quanto a esta, importa no imediato afirmar princípios:

- a avaliação deve ser feita pelos pares, já que é esta a modalidade observada em todas as actividades que, na sua intervenção profissional, se investem de um património de referências éticas, de regras e normas de acção configurando uma deontologia específica e de uma autoridade moral que reivindica e afirma o seu mister como portador de uma utilidade pública socialmente legitimada e reconhecida pelo poder como serviço do bem comum;
- todos os actos tendentes à materialização dos procedimentos de avaliação devem obedecer aos critérios de universalidade, obrigatoriedade e equidade, para impedir a manifestação de arbitrariedades que deteriore as relações e minem os valores de isenção e imparcialidade que devem nortear todos os momentos do processo;
- a transparência e publicidade dos actos de avaliação são uma exigência indeclinável, porque no passado foi o argumento do sigilo que sustentou atitudes arbitrarias e corruptelas várias, pelo que se exige a participação de um elemento externo, nomeado pela administração educativa e pertencente à área de saber do avaliado;
 - a objectividade, a simplicidade, a economia e a clareza devem estar sempre presentes para evitar o despautério, agora detectado ao nível central e local de produção e difusão de fichas e grelhas, que nos remetem para a afirmação de um autor que diz que quando a definição de objectivos atinge as “raias do delírio” aquilo a que assistimos é à “proliferação de insignificâncias”;
 - a consciência de que a avaliação é uma acção humana sujeita ao erro e, por isso, disposta a incorporá-lo, deve estar sempre disponível, nos planos da acção e cognição, para que se não instalem ilusões de supressão da subjectividade no seio de relações sociais densas, agidas num registo intersubjectivo irreprimível.

De seguida, convém resolver os impasses do presente:

- no ano lectivo corrente, avaliar apenas os educadores e professores que transitam de escalão e os que, estando numa situação contratual precária, podem vir a ser lesados se a sua avaliação se não fizer;
- centrar a avaliação no exercício das actividades concretas de educação e ensino, privilegiando indicadores de carácter científico-técnico e sócio-pedagógico e responsabilizando os órgãos colegiais adstritos ao trabalho dos educadores e professores, em especial os conselhos de disciplina e de nível de educação e ensino;
- abreviar e simplificar os itens das fichas de avaliação, sem perder de vista a necessidade de rigor e clareza ausentes das que estão em vigor e apelando para uma elaboração reportada à necessidade de uma utilização generalizada ao território nacional, por razões de justiça e equidade e da evidente universalidade dos ditos itens;
- eliminar, definitivamente, a ligação do chamado insucesso ou do abandono escolares de quaisquer hipotética dependência de uma intervenção estritamente individualizada e reportando as intenções de os minorar, imperiosas de resto, aos objectivos das instituições enquanto tais.



ADRIANO RANGEL

Avaliação e progressão na carreira

Posteriormente, renegociar o Estatuto de Carreira Docente, com a participação efectiva de todos os educadores e professores num debate sério e sem limites temporais prévios e com base em pressupostos que a memória histórica da profissão também ajude a delinear.

Como diziam os professores que no dealbar do século XX reivindicavam uma carreira profissional, “uma profissão em que os seus membros não aspirem a ter *amanhã* uma condição diferente da que têm *hoje*, é uma profissão sem futuro”. Já no congresso de 1892 tinham aprovado uma tese que defendia que “a promoção do magistério primário tem uma escala: da escola elementar para a complementar, desta para a normal, e desta para a inspecção e direcção” [António Nóvoa, 1991].

A carreira de educadores e professores desenvolver-se-ia, quando a centralidade do trabalho se direcciona para o acto irrepetível de ensinar, segundo uma lógica sequencial semelhante à actual, com base em escalões, prevendo uma evolução assente no critério primeiro de demonstração de “prova de vida” por parte de educadores e professores, isto é, de exame de continuidade de capacitação permanente e sucessiva para o exercício da actividade de ensinar.

A avaliação realizar-se-ia no final de cada escalão, durante o ano lectivo, antecedendo a mudança, através da intervenção do responsável técnico-pedagógico da área disciplinar respectiva, do grupo disciplinar e do órgão pedagógico. Do júri faria parte, sempre, um elemento do sector técnico-pedagógico da administração educativa, para salvaguarda da legitimidade profissional e da idoneidade político-social dos actos quanto dos intervenientes. O juízo, porque é disso que se trata, exprimir-se-ia numa escala qualitativa de ‘*apto*’ e ‘*não apto*’ a continuar o exercício do seu ofício, transitando ao escalão seguinte ou tendo uma oportunidade, e só uma, de no ano lectivo seguinte fazer prova de poder voltar à sequência normal da sua evolução profissional. Esta “prova” estaria sempre associada a um acompanhamento sistemático, durante o período de duração do escalão, por parte do responsável disciplinar e dos órgãos pedagógicos, bem como a uma estrutura organizacional dos dispositivos de formação contínua de educadores e professores que conjugasse uma dinâmica institucional de reflexão acerca do trabalho de educar e ensinar e o intercâmbio permanente com instituições universitárias e profissionais actuando no campo da formação.

Mas seria lógico que a carreira docente não se confinasse às paredes da aula e, por demonstração pública de mérito, através de provas para o efeito, qualquer educador e professor pudesse aceder a lugares de direcção escolar, funções técnico-pedagógicas na administração educativa e competências de supervisão no âmbito da inspecção de educação e ensino. O acesso a esta evolução e desenvolvimento vertical da carreira estaria aberto a quem, conjugada e cumulativamente perfizesse um tempo mínimo de, por exemplo, 15 anos de efectivo serviço lectivo, enquanto capital de experiência profissional, qualificações académicas pré-definidas e, em todas as circunstâncias, tivesse aprovação em provas públicas em tudo semelhantes às que vigoram para a carreira académica do Ensino Superior.

Se outro mérito não houvesse nestas propostas, elas justificar-se-iam, tão-somente, pela utilidade que teriam na libertação das diversas estruturas de administração educativa das tutelas dos aparelhos partidários que as transformaram numa coutada de interesses particularíssimos das respectivas clientelas, ao arrepio do interesse público geral e, o que é mais grave, desbaratando recursos colectivos em benefício privado de um alfofre de incompetências várias. ▶

Ademar Aires,
EB2,3 de Nogueira da Maia

NOTA: Títulos da Redacção

A devassa da escola e dos professores

Cansada de ser maltratada pela incompetência de uma equipa ministerial que teima em pôr em prática um modelo de avaliação de desempenho que transformou a escola num caos, e por aqueles que, dentro desta, esquecendo-se que também são professores independentemente dos cargos de poder que ocupam, lançam ambientes de suspeição e de conflito, decidi dar voz à minha indignação, informar e desafiar os pais para que oiçam os seus filhos/alunos e percebam o que se vive hoje no seio da escola, e de que eles, alunos, são, em última instância, as principais vítimas.

Sempre frequentei a escola pública, sou licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pós-graduada em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e estou a terminar o mestrado em Sociologia da Infância nesta última faculdade. Se falo de parte do meu currículo não é para me enaltecer, mas para se perceber que estou a falar de universidades credíveis, em licenciaturas que não são feitas num ano nem em avaliações feitas sabe-se lá como...

Foi nestas áreas que me especializei e é isto que sei trabalhar e ensinar aos meus alunos. De facto, com a implementação das famigeradas aulas de substituição, já fui substituir, cumprindo planos de aula, professores de Inglês, de História, de Matemática e sei lá mais de quê, situações em que a aula é numerada e, portanto, contada como dada, quando quem a ministrou, em muitas situações, daqueles conteúdos sabe menos que os próprios alunos, traduzindo-se numa grande mentira. Como se isto não bastasse, pelo menos no Agrupamento de Escolas de Eiriz, onde trabalho, chega-se ao cúmulo de colocar auxiliares de acção educativa a substituir professores. Não será isto a desvirtuação total do que é a sala de aula como espaço e tempo de trabalho e aprendizagem?

[...]

Como é do conhecimento público, há mais de um ano que os professores travam uma enorme luta contra o Estatuto de Carreira Docente e o modelo de avaliação que dele emana, porque injusto, altamente burocratizado e inexequível.

Sempre pautei a minha vida profissional com rigor e, por isso, investi na minha formação. Tenho um registo biográfico que prova que só falto em situações-limite, como morte de familiares e/ou doença, e sabem os meus alunos que, muitas vezes, me desloquei à escola, de propósito, para lhes tirar dúvidas ou lhes dar aulas suplementares. Por isso não sou uma professora qualquer e pugno por uma avaliação justa, que permita diferenciar e reconhecer o mérito. É essa a mesma razão que me faz levantar a voz contra este modelo.

Ao fim de ano e meio, depois de nos ter levado à exaustão, com reuniões atrás de reuniões, a produzir papéis e mais papéis, a queimar tempo e dinheiro, vem a senhora ministra dizer que afinal o modelo é para manter, mas que reconhece que é preciso desburocratizá-lo e que pede desculpa aos professores porque estão sobrecarregados de trabalho. Grande descoberta!

Para se perceber algumas das injustiças que tal modelo acarreta, um professor, para obter a classificação de 'Excelente' terá que cumprir 100% do serviço lectivo distribuído em cada um dos anos escolares a que se reporta a avaliação. Ora, um professor deixará de ser excelente porque lhe morreu um familiar, porque foi pai ou mãe ou porque ficou doente? Ou será que a senhora ministra tem algum pacto com as divindades e irá proferir um despacho em que determine que os familiares e amigos dos professores só podem morrer à sexta-feira ao fim do dia, que a maternidade nas professoras passará a ser na modalidade de "rapidinha", entre 15 de Julho e 31 de Agosto, afinal o único período em que os professores podem tirar férias, e que estes não podem adoecer?

[...]

ANA ALVIM



ADRIANO RANGEL

Não posso também, deixar de falar no Estatuto do Aluno, que tanta polémica tem dado, e que também levou estes para a rua. No artigo 22º, pode ler-se “Sempre que um aluno independentemente da natureza das faltas, atinja um número total de faltas correspondente a 3 semanas no 1º ciclo do ensino básico, ou o triplo de tempos lectivos semanais, por disciplina, nos 2º ou 3º ciclos no ensino básico, no ensino secundário e no ensino recorrente, ou tratando-se, exclusivamente, de faltas injustificadas, 2 semanas no 1º ciclo de ensino básico, ou o dobro de tempos lectivos semanais, por disciplina, nos restantes ciclos e níveis de ensino deve realizar-se (...) uma prova de recuperação na disciplina ou disciplinas em que ultrapassou aquele limite de faltas”...

E vem a senhora ministra dizer que as escolas e os professores é que não souberam interpretar a lei, proferir mais um despacho – ao domingo, pame-se! – alterando a lei, para mergulhar de novo os professores e as escolas no trabalho burocrático de alteração dos regulamentos internos, porque afinal as faltas justificadas já não contam.

Afinal quem é que não sabe ler? Quem é que não sabe o que quer nem para onde caminha?

Basta de insulto e de falta de respeito! Deixem-nos trabalhar para e com aqueles que são a única razão da nossa existência – os alunos. ▶

Maria Odete Souto,
orgulhosamente professora

Sejamos temerários, determinados, íntegros

Começo por dizer que a avaliação de desempenho é um requisito fundamental para a valorização profissional, para a dignificação da escola pública e para a melhoria da qualidade do ensino.

Persisto convictamente que o modelo imposto pelo ministério nunca servirá nenhum desses objectivos, até porque não foi criado com esse desígnio. E como diz o aforismo que ‘o que nasce torto’, está sobeja e comprovadamente entendido que as avulsas e sucessivas remodelações se limitam a manobras tácticas de protelação com intuítos eleitoralistas. A questão saiu da esfera técnica e profissional e passou exclusivamente para o domínio político. Não vale a pena insistir nas incongruências, na inexequibilidade, no dislate ou na patranha que enferma este funesto projecto governamental. Já toda a gente percebeu que o modelo, na sua essência, nunca será aplicado, porque não é aplicável e porque os professores não o querem e de forma eloquente o declararam. Importa, sim, perceber porque é que a emproada ministra e seus acólitos teimam na sua execução, mesmo que seja na enésima versão que já em nada corresponde à sua matriz de concepção, e porque é que o engenhoso primeiro-ministro segura o que resta deste embuste e mantém o que sobra deste ministério. Tenta-se salvar a face política de um

governo em período eleitoral, estendendo a dolosa passadeira da conciliação ao mesmo tempo que se diz ao povo que as regras são unas e que agora é que todos “entraram nos eixos”.

Delineiam-se atoardas com zelosos secretários de Estado a apelarem ao conformismo a troco de benesses e propagam-se ameaças com assanhadas directoras a instigarem processos disciplinares aos mais incautos. Tudo é possível no reino da fantasia, mesmo que a imaginação roce a malcriadez despótica. Vale tudo para fazer de conta que tudo está a rolar, mesmo sabendo-se que o que passa é aragem sem nada levar na carruagem. Por isso não podemos embarcar nesta viagem, sob pena de jamais encontrarmos o rumo da navegação profissional.

Colegas, mantenhamos a dignidade do que arduamente construímos!

Este ministério, este governo e este país não estavam preparados para o antagonismo que conseguimos mobilizar. Não podemos trair o que já fizemos, nem bloquear o caminho que percorremos. Cada decisão individual, com toda a liberdade de ser exercida, tem de ser pensada como reflexo de e numa razão colectiva.

Sejamos temerários e não temerosos. Determinados e não deterministas. Íntegros e não integrados. Não podemos deixar como legado profissional a narrativa do “quase conseguíamos”, especialmente quando já só falta um bocadinho assim! ▶

José Maria Cardoso,
Esc. Sec. Alcaldes de Faria (Barcelos)



Avaliação de desempenho:

1

Com o Decreto Regulamentar nº 1-A/2009 passou a existir alguma situação nova no que respeita a obrigações ou sanções disciplinares?

Não. O DR1-A veio substituir, para este ano, o Decreto Regulamentar nº 2/2008, de 10 de Janeiro, mas apenas no que respeita a procedimentos. A essência do modelo mantém-se inalterável, como confirmam as quotas. Quanto a acção disciplinar, não há qualquer novidade relativamente ao anterior decreto, como também não se passou de um vazio legal para a existência de um quadro legal.

2

Quem não entregar os objectivos individuais pode ser alvo de acção disciplinar?

Nada o prevê. O que o próprio ME tem vindo a referir são eventuais sanções a quem recuse fazer a auto-avaliação. Mas a auto-avaliação concretiza-se, apenas, no final do ano lectivo, com o preenchimento da respectiva ficha. Neste momento, esse não é o procedimento em causa.

3

Qual o fundamento dessa interpretação?

O DR2/2008 estabelece como dever do docente a sua auto-avaliação [artº 11º], que é considerada obrigatória. O artº 14º, que define as diversas fases de avaliação, consagra a auto-avaliação como a primeira dessas fases. Esse momento tem lugar apenas no final do ano lectivo. Não há qualquer norma de onde se retire, de forma explícita, que a apresentação de objectivos individuais tem carácter obrigatório e que da sua não apresentação se infere uma recusa de ser avaliado – logo, não há lugar a qualquer sanção disciplinar.

4

Se numa escola continuar suspenso o processo de avaliação, que consequências a nível da carreira advirão para os docentes dos quadros?

A não contagem daquele período de tempo para efeitos de progressão na carreira, embora sem pôr em causa futuras progressões. E obviamente que, por decisão política do Governo e tendo em conta a conturbação existente, mesmo esse efeito poderá ser anulado.

BASTA!



ADRIANO RANGEL

que obrigações para os professores?

5

E para os professores contratados?

A consequência imediata prende-se com a renovação de contrato. Porém, esse efeito não se produzirá este ano, por não haver lugar a renovação de contratos, uma vez que em 2009 todos os docentes contratados terão de ser opositores ao concurso que se realizará em Fevereiro.

6

Os presidentes dos conselhos executivos podem ser alvo de processo disciplinar e/ou demissão por não garantirem a aplicação do processo de avaliação?

Não. Os membros dos órgãos de gestão são considerados dirigentes intermédios de serviço da Administração Pública [artº 11º do DR1-A/2009]. Como tal, caso não garantam a aplicação do processo de avaliação, poderá ser-lhes atribuída a menção de “desempenho inadequado” prevista no SIADAP [Lei nº 66-B/2008, de 28 de Dezembro]. Nesse caso, de acordo com o artº 39º do DR1-A/2009, os efeitos são os previstos no artº 53º da Lei 66-B, não se prevendo qualquer sanção disciplinar – que, a existir, seria ilegal.

7

Deverão os professores entregar, individualmente, algum documento escrito recusando ser avaliados?

Não. Os professores não recusam ser avaliados, apenas assumem não entregar os objectivos individuais de avaliação nos casos em que o processo não seja suspenso na sua escola. O mais importante é que, em cada escola, os professores mantenham suspenso o processo de avaliação colectiva que seja subscrito pelos docentes.

8

Como agir no caso de serem exercidas pressões, ameaças ou quaisquer manobras de carácter intimidatório, ou surgirem situações que levantem dúvidas aos professores?

Contactar imediatamente o respectivo sindicato, que os apoiará juridicamente.

NOVEMBRO

II Série

10. Aviso 26.793/08
Concurso para a realização da profissionalização em serviço dos docentes das escolas públicas do ensino artístico da música e da dança ao abrigo do Decreto-Lei nº 287/88, de 19 de Agosto.

14. Despacho 29.398/08
Mantém em vigor o Programa Nacional de Ensino de Português no 1º Ciclo do Ensino Básico.

21. Parecer 7/08
Sobre as alterações introduzidas ao Ensino Superior.

DEZEMBRO

I Série

18. Decreto-Lei 246/08
Actualiza a remuneração mínima garantida de 450 Euros em 2009.

19. Portaria 1.487/08
Regulamento do subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar.

31. Portaria 1.553-C/08
Aprova a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

31. Portaria 1.553-D/08
Procede à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios para os trabalhadores em funções públicas.

II Série

10. Despacho 31.495/08
Regulamenta a dispensa da profissionalização em serviço dos docentes das escolas profissionais artísticas António Arroio (Lisboa) e Soares dos Reis (Porto).

11. Despacho 31.614/08
Designa peritos para integrarem equipas de avaliação externa às escolas no âmbito da Inspeção-Geral da Educação para o ano escolar 2008/2009.

16. Despacho 7.465/08
Delegação de Competências de Avaliador.

16. Despacho 32.047/08
Determina, para efeitos de avaliação de desempenho do pessoal docente, que deve

considerar-se o critério de uma hora semanal para avaliação de três docentes.

16. Despacho 32.048/08
Delegação de competências do coordenador de departamento nos professores titulares.

22. Despacho 32.533/08 [DREN]
Cria duas novas equipas multidisciplinares na Direcção Regional de Educação do Norte.

JANEIRO

I Série

05. Decreto Regulamentar 1-A/09
Estabelece um regime transitório de avaliação de desempenho do pessoal a que se refere o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

05. Decreto Regulamentar 1-B/09
Fixa o suplemento remuneratório a atribuir pelo exercício de cargos de direcção em escolas ou agrupamentos de escolas e prevê a atribuição de prémios de desempenho pelo exercício de cargos ou funções de director, subdirector e adjunto de agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

09. Acórdão do Tribunal Constitucional
Declara inconstitucional, por violação do disposto nos artigos 53º e 18º, nº 2, da Constituição, a norma contida na alínea a) do nº 1 do artigo 112º do Código do Trabalho.

II Série

09. Despacho 700/09
Altera os artigos 1º e 3º do modelo orgânico e operacional relativo à execução do Plano Tecnológico no âmbito do Ministério da Educação, aprovado e publicado em anexo ao Despacho nº 143/2008, de 7 de Dezembro.

09. Despacho 701/09
Determina a continuidade do Programa de Formação em Ensino Experimental das Ciências para professores do 1º Ciclo do Ensino Básico.

20. Despacho 2.563/09
Aprova a tabela do IRS, retenção na fonte, para vigorar em 2009.

20. Despacho 2.609/09
Determina a constituição dos centros de formação.

seguro de saúde

Sindicato dos Professores do Norte



Porque a saúde é um bem precioso que necessita de ser cuidado, os sócios / colaboradores do SPN e respectivos agregados familiares têm à sua disposição um seguro que, complementarmente à ADSE, lhes garante o reembolso das despesas efectuadas, de acordo com as franquias e limites de valores seguros.

Aos sócios e colaboradores do SPN e respectivos agregados familiares que não beneficiem da ADSE [desde que devidamente comprovado mediante a apresentação da fotocópia do Cartão de Utente do Sistema Nacional de Saúde], será garantido o reembolso das despesas médicas realizadas.

Podem, também, beneficiar da comparticipação complementarmente a outro Subsistema, caso tenham acesso ao mesmo.

Coberturas do Contrato	Comparticipação	Capital Máximo Anual por Pessoa Segura	
 Subsídio Diário de Hospitalização	25,00 EUR por dia (até 90 dias por ano, com 3 dias de franquia)	2.250,00 EUR	Prémio Total Anual 30,00 EUR por Sócio ou Colaborador
 Assistência Médica Hospitalar	100%	7.500,00 EUR	
 Parto em Regime de Hospitalização	100%	Parto Normal : 500,00 EUR Cesariana : 750,00 EUR Inter. Invol. Gravidez : 250,00 EUR	Prémio Total Anual 40,00 EUR por cada membro do Agregado Familiar
 Assistência Médica Ambulatória	100%	500,00 EUR	
 Medicamentos	100%	100,00 EUR	Prémio Total Anual 230,00 EUR por Sócio ou Colaborador
 Próteses e Ortóteses	100%	150,00 EUR Aros : 75,00 EUR Lentes : 75,00 EUR Lentes de Contacto : 150,00 EUR	

Modalidade A
Modalidade B



Trabalhadores saem à rua em Março

Porque se exige uma viragem nas políticas e no modelo de sociedade em que vivemos, porque é urgente melhorar as condições de vida do povo, porque a defesa do emprego e o combate ao desemprego e à precariedade estão na ordem do dia, o Plenário de Sindicatos da CGTP-IN decidiu promover uma grande manifestação nacional para o dia 13 de Março, em Lisboa, envolvendo trabalhadores dos sectores público e privado.

Durante o plenário (14 de Janeiro), foram analisados temas fundamentais, como a luta pelo aumento real dos salários e das pensões, a defesa e promoção da contratação colectiva e o combate aos efeitos da eventual revisão do Código do Trabalho e das alterações da legislação laboral na Administração Pública – neste particular, exige-se “o abandono das matérias gravosas, agindo para que não seja aplicado o que é anti-trabalhadores”.

“Nos últimos anos, o Governo exigiu pesados sacrifícios aos trabalhadores para atingir as suas metas no que diz respeito ao défice orçamental”, lembra a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN). “Agora, com as disponibilidades financeiras daí resultantes, apoia o sector financeiro, que, enquanto os trabalhadores faziam sacrifícios, viveu em grande especulação, permitindo aos capitalistas arrecadar lucros fabulosos e aos seus gestores enriquecerem escandalosamente”.

Nesta perspectiva, o encontro nacional de activistas sindicais deixou um expressivo alerta: “Mais do que em qualquer outro período, a transparência das contas do Estado tem que ser assegurada”. Lembrando que “não se resolvem os problemas actuais atirando mais dinheiro para cima desses problemas e colocando esse dinheiro, sem controlo, nas mãos daqueles que, beneficiando da situação ao longo dos anos, acabaram por provocar mais problemas”, a CGTP destaca a importância da mobilizar recursos para o investimento público – que se for adequado gerará salários – e apoiar a defesa e a promoção do emprego.

Por isso, as prioridades têm que ser orientadas para a estrutura produtiva, para a realização de infra-estruturas e para a produção de bens e serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade portuguesa, e não para recompor o sector financeiro e a sua vertente especulativa, ou as grandes fortunas. ▀

*José Paulo Oliveira,
jornalista*

Primavera de luta

- 13 de Março** Grande manifestação nacional, em Lisboa, envolvendo os sectores público e privado.
- 28 de Março** Para o **Dia Nacional da Juventude**, está prevista uma grande manifestação de jovens trabalhadores. Entretanto, aquando do fecho desta edição, estava já tudo a postos para a realização da Conferência da Juventude (30 de Janeiro), que se pretende constitua um forte impulso no rejuvenescimento do movimento sindical.
- 01 de Abril** Apontando à dinamização do relacionamento e da unidade na acção com as diversas componentes do movimento sindical internacional, vai realizar-se um conjunto de iniciativas (descentralizadas) integradas no **Dia Internacional de Luta pelos Direitos dos Trabalhadores contra a Exploração**, convocado pela Federação Sindical Mundial (FSM) para esta data.
- 1º de Maio** O Plenário de Sindicatos destacou a necessidade de se começar a preparar o **Dia Internacional do Trabalhador** – celebra o 35º aniversário em liberdade – e que, no actual contexto nacional e internacional, adquire especial relevância a exigência de serem colocadas na ordem do dia as causas históricas da luta do movimento sindical.



Docentes brasileiros: nova tabela salarial

Os educadores brasileiros celebram a nova lei que estabelece uma tabela salarial nacional, pondo fim a décadas de desigualdades regionais nos salários. Os professores passam, assim, a ser o primeiro grupo profissional a dispor de um salário mínimo definido na Constituição Federal.



*Adaptado de
«Mondes de l'Éducation» n° 27,
Setembro.2008*

A partir de Janeiro de 2009, a nova lei fixa um salário mínimo nacional para os professores das escolas públicas da Educação Básica de 950 reais por mês, ou seja, o equivalente a cerca de 300 euros.

Segundo o ministro da Educação e Cultura, o novo salário atingirá directamente cerca de 1 milhão e meio de educadores e, indirectamente, reflectir-se-á sobre 46 milhões de estudantes das escolas públicas do Brasil. Num momento em que, no Brasil, se vive uma situação de falta de professores, este novo salário poderá permitir atrair os mais jovens para o ingresso na profissão docente.

Para Roberto Franklin de Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNE), “a nova lei é um passo importante em termos do reconhecimento do valor dos educadores profissionais”, e um corpo profissional valorizado e bem qualificado é essencial à sociedade no seu conjunto.

A CNE desenvolveu uma luta longa para acabar com o fosso entre os salários dos professores das escolas urbanas e das rurais. No passado, os professores que trabalhavam nas pequenas escolas rurais eram extremamente mal pagos, situação que agora se corrige. A nova lei permitirá que esses professores vejam o seu salário duplicado, ou até triplicado, passando a receber o mesmo salário que os colegas de Brasília, Rio de Janeiro ou outras grandes cidades.

A aprovação desta lei é vista como uma etapa histórica no sindicalismo docente do Brasil. Trata-se de uma lei que nasceu a partir de uma mobilização intensa por todo o Brasil, incluindo uma greve nacional realizada em Abril. Os professores passaram a ser o primeiro grupo profissional a dispor de um salário mínimo definido na Constituição Federal e esperam que outros sindicatos, particularmente os do sector público, tomem esta legislação como modelo.

Para o Presidente brasileiro, “nada é mais precioso para um país do que ser iluminado pelos seus índices de educação”. A partir deste princípio, Lula da Silva acredita que nos próximos anos as estatísticas confirmarão a importância das medidas tomadas. ▀

Piso nacional da educação, conquista popular

O cumprimento do piso nacional da educação será um marco histórico que a CUT quer incluir entre as coisas boas de seus 25 anos. Mesmo no início de nossa história, quando as ações sindicais buscavam um patamar minimamente digno de direitos trabalhistas, como saúde e segurança, reposição da inflação e liberdade de organização, a CUT já sabia da absoluta necessidade de políticas públicas amplas para garantir uma vida melhor para o povo. A luta por interesses corporativos não basta para construir uma sociedade melhor.

Agora, quando a CUT completa 25 anos de sua fundação, temos pela frente algumas oportunidades para consolidar políticas públicas fundamentais.

Uma delas já está pronta para aplicação – basta exigir que governos estaduais e municipais cumpram seu dever. Por sinal, a proximidade das eleições torna o debate ainda mais urgente. O piso nacional da educação, formalmente conhecido como Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica, foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo governo federal. Por meio dele, nenhum professor ou professora do ensino infantil até o ensino médio deverá ganhar menos que R\$ 950, não importa em qual região do país.

Precisamos divulgar essa conquista, de maneira que o conhecimento público produza pressão para que a nova lei seja cumprida.

Um leitor que reside numa grande região metropolitana talvez precise de um pouco de esforço para entender a importância do piso nacional da educação, mas basta imaginar o que isso significará em diversas cidades pequenas pelo interior do país, onde o professorado ganha muito menos.

O movimento sindical vem brigando pelo estabelecimento de um piso como esse há décadas.

A proposição partiu de nós, não se trata aqui de elogio a ato de governo. Por isso, nossas entidades filiadas, mesmo aquelas que não atuam diretamente na educação, estão envolvidas no esforço pela aplicação do piso.

É evidente que a medida vai beneficiar professores, alunos e suas famílias e vai se refletir, futuramente, em melhores índices de desenvolvimento, com distribuição de renda e valorização dos trabalhadores.

O fato de escolas estarem mal aparelhadas e de o conteúdo pedagógico ser suscetível a críticas não deve servir para desqualificar o piso nacional da educação. É incompreensível que um passo dessa magnitude, capaz de iniciar uma série de mudanças na estrutura, seja repellido em decorrência dessa mesma estrutura.

Lembremos que o projeto garante aos professores que um terço de seu expediente remunerado de trabalho seja aplicado em atividades extraclasse, como preparar aulas, corrigir provas ou mesmo estudar.

Alegar a inconstitucionalidade da medida, como já estão fazendo alguns governadores e prefeitos, é menos compreensível ainda. Em campanha, todos são unânimes em proclamar a necessidade de valorizar professores, portanto, um pouco de coerência é o mínimo que esperamos. Mais: sabendo que a União se compromete a complementar a verba para Estados e municípios que comprovadamente não puderem arcar com a despesa, a oposição ao piso é absurda.

Estamos certos de que a medida é um avanço. Seu financiamento é possível e associá-lo a inchaço da máquina pública seria ridículo. No limite, temos sempre o elevado superávit primário para ser enxugado.

Num cenário futuro que queremos, verbas da exploração das jazidas da camada pré-sal devem formar um fundo para o resgate da escola pública e também de outras políticas sociais, como cultura, saúde, segurança, pesquisa, tecnologia, agricultura familiar e investimentos em infra-estrutura, para citar as mais essenciais.

O cumprimento do piso nacional da educação será um marco histórico que a CUT quer incluir entre as coisas boas de seu aniversário de 25 anos. ▀



Artur Henrique,
*presidente da Central Única dos
Trabalhadores (CUT)*

Roberto Leão,
*presidente da Confederação
Nacional dos Trabalhadores em
Educação (CNTE)*

Nota: Artigo publicado no jornal «Folha de São Paulo» (02.Setembro.2008). Títulos da Redacção

Crónica de uma morte anunciada

De acordo com a OCDE, as despesas anuais dos Estados-membros com o ensino elevam-se a um bilião de dólares. Quatro milhões de professores, 80 milhões de estudantes, 320 mil estabelecimentos de ensino (incluindo 5 mil universidades e escolas superiores da União Europeia) estão actualmente na mira dos mercados. Para liberalizar este mercado, é necessário que os Estados se libertem das suas responsabilidades na educação e na formação.

No decurso dos últimos 30 anos, textos e relatórios da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico] têm servido para encorajar e guiar os governantes no sentido de reformar o ensino público, estando os apoiantes desta estratégia conscientes do esforço e da habilidade necessários aos responsáveis políticos para conseguirem o desmantelamento do ensino público. Para a União Europeia, esta liberalização foi definida pela Estratégia de Lisboa, em 2001.

Estratégia que tem as suas origens na Mesa Redonda Europeia dos industriais (ERT) – grupo de pressão patronal junto da Comissão Europeia, fundada em 1983, que em 1989 publicou um relatório intitulado *Educação e Competência na Europa*. Aí, a ERT afirma sem rodeios que “a educação e a formação são consideradas como investimentos estratégicos vitais para o sucesso futuro da empresa”. E lamenta que “o ensino e a formação sejam sempre considerados pelos governos como um assunto interno” e que “a indústria tenha uma margem muito pequena de influência sobre os programas de ensino”.

Ali se explica, também, a fraqueza dessa influência pelo facto de os professores terem “uma compreensão insuficiente do envolvimento económico, dos negócios e da noção de lucro”. A conclusão: indústria e estabelecimentos de ensino deveriam trabalhar “em conjunto no desenvolvimento de programas de ensino”, nomeadamente através da “aprendizagem à distância”.

Em 1991, a ERT deu um passo suplementar, afirmando que “uma universidade aberta é uma empresa industrial e o Ensino Superior à distância uma nova indústria. Esta empresa deve vender os seus produtos no mercado do ensino contínuo, regido pelas leis da oferta e da procura”.

A mercantilização da educação

A ERT considera que os estudantes são *clientes* e as disciplinas *produtos*. E salienta “a necessidade de empreender acções para alargar o âmbito, o impacto, bem como as aplicações da aprendizagem aberta e à distância, para manter a competitividade ao nível do mercado global”. A “realização destes objectivos exige estruturas educativas” que “deveriam ser concebidas em função das necessidades dos clientes”. No mesmo ano, a Comissão Europeia publica o *Livro Branco Sobre a Educação e a Formação*, respondendo às exigências da ERT. E a 6 de Maio de 1996, os ministros da Educação dos Quinze decidem “encorajar as acções de investigação sobre os produtos e os processos de aprendizagem, educação e formação à distância incluídas, a criação e a concepção de programas educativos multimédia”.

À luz do preconizado pela Comissão, o que está a ser questionado agora é o princípio consensual de “formar o trabalhador, instruir o cidadão, educar o Homem”, que traduzia, de certa maneira, a ligação entre os valores herdados do Século das Luzes e o interesse do capital. “Empregabilidade, flexibilidade e mobilidade” são as únicas normas da educação “mercantilizada”.

Insucesso escolar programado

Em França, a mercantilização da educação e da formação passa pelo questionamento da Escola pública e laica, profundamente enraizada na memória colectiva, não sendo por isso tarefa fácil proceder ao seu desmantelamento. Para o conseguir têm vindo a ser usadas, ao longo já de 30 anos, duas estratégias: uma ideológica, outra política.

A ideológica consiste em desacreditar o saber, desviar a finalidade da escola pública, enfraquecer a autoridade, confundir massificação e democratização e, por fim, atribuir à Escola o pesado fardo do desemprego e da precariedade.

A estratégia política, legitimada pela ideológica, serve para elaborar respostas à “crise crónica programada” da Escola, papel desempenhado pelas “reformas” da Educação Nacional.

De inspiração de direita ou de esquerda, as reformas actuam em duas frentes. Lisonjeando o “aluno-cliente” e o “pai-utente”, aligeiram os programas e baixam os níveis de exigência, tendo como corolário a diminuição do número de horas de aulas e a supressão de lugares de docência. Muitas vezes a lisonja é mais credível se acompanhada do descrédito de um “pretensão adversário” – o professor e o seu estatuto social e moral.

Porta escancarada ao ensino particular

Manter e alimentar a crise na educação parece ser a principal função das sucessivas reformas, que têm como primeira consequência uma crise de confiança na escola pública. É o início de um processo de divórcio do “cliente utente”.

Neste sentido, foi dado recentemente mais um passo, com a supressão de 11.200 postos de professores e de várias turmas do 1º Ciclo. Mais grave ainda, e à semelhança dos antecessores, o actual ministro da Educação fustiga o insucesso escolar no ensino público, enquanto considera que “o ensino particular fez prova da sua capacidade de acolher públicos diversificados, incluindo alunos com dificuldades, propondo-lhes uma pedagogia e um enquadramento facilitadores do sucesso escolar” [Xavier Darcos na apresentação do Plano “Espoir Banlieues”].

Mais ainda, face à crise escolar nas zonas periféricas, Darcos apelou ao “*savoir-faire* do ensino particular, que muitas vezes fica à porta da periferia porque lhe recusamos os meios que lhe permitem dar a resposta adequada à procura”. E muito naturalmente, anunciou a boa nova às escolas particulares: “A partir deste ano [2008] será criado, no orçamento da Educação Nacional, um fundo de intervenção específico (‘Espoir Banlieues’) para financiar as despesas de funcionamento dos estabelecimentos privados que aceitem abrir escolas na periferia”.

Esta vontade ministerial de criar escolas privadas nas periferias deu uma tonalidade especial ao discurso do Presidente da República, quando enunciou que “na transmissão de valores e na aprendizagem da diferença entre o bem e o mal, o professor primário nunca poderá substituir o padre ou o pastor, porque lhe faltará sempre o sacrifício radical da sua vida e o carisma de um compromisso conduzido pela esperança”.

Ao rabino e ao imã caberá apenas provar que estão à altura dos seus colegas cristãos – a Escola está-lhes aberta.

Autonomia vs. desresponsabilização

Enfraquecer a credibilidade da Escola pública e laica e encorajar a escola privada não é possível sem a desresponsabilização do Estado do papel de garante de um ensino público de qualidade. É o papel atribuído à descentralização. Porque, como afirma o antigo ministro da Luc Ferry, “a educação não pode alhear-se do movimento pelo qual a República se descentraliza”.

Enfim, para quebrar a unicidade e a igualdade na Escola pública, os reformadores preconizam a autonomia dos estabelecimentos, a fim de “instigar o espírito de empresa e de inovação que lhes falta” [Claude Allègre]. No fim de contas, o plano social é para a empresa o que a reforma é para a escola pública: o primeiro anuncia aos assalariados o seu despedimento e a reestruturação ou o encerramento da empresa; o segundo, a supressão de postos de trabalho e o desmantelamento da escola pública.

Em nome da modernização e da competitividade capitalista, reforma tornou-se sinónimo de regressão. ▸

M. El Bachir, APED/Bélgica
(tradução de Helena Miranda)

Nota: Texto publicado em www.skolo.org, edição electrónica do APED, movimento de reflexão e acção por uma escola democrática (Bélgica, 19.Abril.2008). Subtítulos da Redacção.



Guerra contra Gaza já estava na agenda

Para entender o que está a passar-se actualmente em Gaza é necessária muito mais informação do que a proporcionada pela chusma de comentadores instantâneos que invadem as rádios e televisões e pelos enviados ou residentes que, não conseguindo entrar na faixa invadida, se conformam em ser veículos bisonhos, acomodados e passivos da realidade fabricada no Estado-Maior israelita. Ao menos podiam dar conta de episódios das importantes manifestações internas israelitas contra a guerra, mas parece que isso poderia parecer uma perigosa dissonância. É natural concluir-se que, tal como a agressão militar tem vindo a ser preparada há mais de seis meses, também a correspondente acção de propaganda foi montada durante o mesmo período.

A primeira vez que estive em Gaza foi em Fevereiro de 1988. A primeira Intifada começara pouco mais de dois meses antes, precisamente naquele território ocupado, com uma dinâmica e persistência que surpreendeu a própria Resistência Nacional Palestiniana dirigida pela Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Nessa altura o Hamas não era mais do que um grupinho fundamentalista inspirado nos Irmãos Muçulmanos, organização fundada no Egipto em 1928, que se dedicava a agitação religiosa e alguma assistência social. Em 1988, porém, o Hamas foi ganhando fôlego, pretendendo distinguir-se pela chama revolucionária, decretando greves gerais e acções de resistência próprias que nunca convergiam com as desencadeadas pelas direcções da Intifada e da OLP. O Hamas actuava, visivelmente, como uma organização divisionista, potencialmente perturbadora da mobilização popular.

Hoje, apesar de o pudor ou o desconhecimento impedirem comentadores e enviados ou residentes de se debruçarem sobre tal facto, já não é novidade que os serviços secretos israelitas, a Mossad, tiveram um papel determinante no relançamento e engrandecimento do Hamas. Tal foi reconhecido mesmo por ex-ministros israelitas e está profusamente demonstrado por informação disponível na internet. Nem dá muito trabalho.

Essa foi a génese do Hamas que hoje conhecemos. Como atingiu as dimensões actuais? Sempre à sombra da guerra e do boicote aos processos de negociações conduzido pelos governos de Israel e as administrações norte-americanas – primeiro mediadoras do processo de Oslo e depois as cabeças-de-cartaz do falecido quarteto (Estados Unidos, Rússia, União Europeia e Nações Unidas), que já nascera moribundo.

A tomada de Gaza pelo Hamas

Quando se iniciou a Autonomia Palestiniana como processo transitório para um Estado independente e Yasser Arafat regressou à Palestina, no Verão de 1994, a voz do Hamas mal se ouvia. As populações palestinianas dos territórios estavam em festa e acreditavam no bom desfecho de todo o processo.

Shimon Peres, Benjamin Netanyahu, Ehud Barak, Ariel Sharon e Ehud Olmert, mais Bill Clinton e, sobretudo, George W. Bush, foram inviabilizando paulatinamente as negociações israelo-palestinianas, assumissem as formas que assumissem, enquanto a Fatah (força dominante da OLP) e a Autoridade Palestiniana se foram enrodilhando na falta de alternativas estratégicas às negociações.

Essas foram assumidas pelo Hamas, que capitalizou gradualmente o descontentamento popular, mesmo de vastos sectores não religiosos ou religiosos não radicais, até se transformar na maior organização da Resistência e ganhar as eleições gerais palestinianas de 2006. O não reconhecimento do governo do Hamas pelos Estados Unidos, Israel e o mundo em geral – nem mesmo em aliança com a Fatah – poupou o movimento islâmico ao desgaste do exercício do poder e de ser forçado a actuar no terreno em vez de privilegiar a propaganda nas mesquitas e a mobilização paramilitar.

Quando a Fatah e o Hamas chegaram ao limiar da guerra civil, em 2007, o grupo islâmico assumiu o controlo de Gaza, enquanto Israel aproveitava a ocasião para impor um rigoroso bloqueio humano e de bens essenciais ao território. Em fase de plena construção do muro que fracciona a Cisjordânia em autênticos bantustões, a balcanização dos territórios palestinianos aprofundou-se.

A tomada de Gaza pelo Hamas terá surpreendido o mundo, mas não os dirigentes de Israel. Basta conhecer o Plano Dagan.

O Plano Dagan (e a Palestina de Sharon)

Meir Dagan é o chefe da Mossad, reconduzido por sucessivos governos israelitas desde o início do século. Ele idealizou uma estratégia de actuação que se tornou a cartilha de Ariel Sharon praticamente desde que este ressurgiu em força com a mediática invasão da Esplanada das Mesquitas, em 2000, tolerada pelo então chefe do governo, Ehud Barak (o ministro que agora conduz a agressão a Gaza), e que inviabilizou a possibilidade iminente de palestinianos e israelitas se entenderem nas negociações de Taba, no Egipto.

Percorramos, em síntese, alguns passos previstos no Plano Dagan. A operação “Vingança Justificada” tinha como objectivo enfraquecer, tornar maleável ou mesmo destruir a Autoridade Palestiniana. Sahul Mofaz, enquanto ministro da Defesa, apresentou-a com o título “A destruição da Autoridade Palestiniana e o desarmamento de todas as forças armadas”. Isso, contudo, não impediu Israel e os Estados Unidos de fornecerem armas à Fatah na fase em que incentivavam a guerra civil entre os dois principais movimentos palestinianos. Entretanto, Israel exige agora o desarmamento do Hamas como pressuposto para um cessar-fogo.

Outro ponto do Plano Dagan era o desaparecimento de cena de Yasser Arafat (um velho objectivo de Sharon desde a invasão do Líbano, em 1980) e a sua substituição por uma direcção da Autoridade Palestiniana mais colaborante com Israel. Um objectivo como este mantém acesa a tese do assassinio do histórico dirigente palestiniano. A balcanização dos territórios palestinianos, o lançamento de vagas de terror contra as populações e o bloqueio de Gaza são outros aspectos do plano. Sem esquecer que, quando estava prestes a ser acordada a trégua de meados de 2008 em Gaza, Ehud Barak notificou as Forças Armadas para prepararem uma operação de grande envergadura contra este território para desencadear daí a alguns meses. Lendo o Plano Dagan, não é de descartar que em alguma fase deste processo Israel abra uma “válvula de escape” em Gaza para que haja uma fuga em massa – limpeza étnica é a expressão correcta –, eventualmente para a Jordânia, atendendo ao comportamento actual do Egipto. Neste contexto, é natural que venham à memória as conhecidas palavras de Ariel Sharon: “Não é necessário criar outro Estado palestiniano. A Jordânia é a Palestina”. ▀

José Goulão,
jornalista

Nota: O texto, originalmente publicado em <http://pt.mondediplo.com>, resume a intervenção de José Goulão numa sessão pública promovida pelo Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM), em Lisboa, no dia 7 de Janeiro.

Subtítulos da responsabilidade da Redacção.



O serviço militar é obrigatório para os jovens israelitas de ambos os sexos, após o 12º ano. Várias justificações são aceites para a isenção – frequência de escolas talmúdicas, doenças ou cadastro criminal –, mas a objecção de consciência não é reconhecida.

Apesar disso, alguns deles declaram-se objectores e recusam-se a servir no exército, por causa dos 40 anos de ocupação de terras palestinianas. O que tem como consequência a sua detenção – àqueles que na prisão se recusem a vestir o uniforme é imposto um regime de isolamento absoluto. Depois de cumprida a punição, se continuarem a recusar alistar-se, são sucessivamente detidos, segundo a vontade arbitrária das autoridades militares.

Este movimento de objectores é designado *Shministim*, que em hebreu significa algo como “jovens graduados”.

Estima-se que em 2008 o número de *shministins* tenha sido uma centena. Nos últimos meses, pelo menos seis foram detidos. Tamar Katz, Yuval Oron-Ofir e Raz Bar-David Varon são três deles:

Jovens judaicos pela paz



Tamar Katz, 19 anos, completou mais de 50 dias de reclusão. Na sua declaração de objecção disse que não estava disposta a fazer parte de um exército de ocupação e a converter-se “numa das pessoas que apontam armas a civis palestinianos. Não creio que essas acções produzam mais do que um interminável confronto e a violência na nossa região”.



Yuval Oron-Ofir, 19 anos, foi preso no dia 14 de Dezembro, explicando que se negava a alistar-se porque “há outra via, que não a da guerra. É o caminho do diálogo, da compreensão e da paz. Por isso, não me unirei a um exército cujas acções não posso apoiar e cuja conduta não posso justificar.



Raz Bar-David Varon, 18 anos, quando foi presa pela terceira vez, disse que tinha visto como o exército levava a cabo demolições e tiroteios e humilhava pessoas que não conhecia. “Dói-me quando o povo palestiniano é submetido a ataques brutais, e dói-me depois, quando, por isso, dirige o seu ódio para mim. Não nasci para ocupar outras terras, o meu dever é negar-me”. No dia 9 de Janeiro, ainda estava detida.

NOTA: Tamar Katz and Yuval Ophir Auron foram isentados do cumprimento do serviço militar, respectivamente nos dias 6 e 11 de Janeiro. Juntamente com Omer Goldman, são os únicos *shministins* de 2008 que receberam os documentos oficiais de dispensa e já não correm perigo de voltar a ser presos.



Mahmud Darwish: “Eu sou o que se designa como ‘o poeta da palestina’ e requer-se de mim que fixe o meu lugar na língua, que proteja a minha realidade do mito e domine uma e outra, para ser ao mesmo tempo parte da História e testemunha do que ela me fez sofrer. É por isso que o meu direito a um futuro implica revolta contra o presente

e defesa da legitimidade da minha existência no passado. A minha poesia está assim transformada em prova de existência ou de nada”.

Considerado um dos mais importantes poetas árabes contemporâneos, Darwish é autor de extensa e complexa obra. Em Portugal, tem apenas um título publicado: “O Jardim Adormecido e outros poemas” (Campo das Letras, 2002, selecção e tradução de Albano Martins). Escrito em 1964, *Sajje! Ana arabi* (ao lado) é talvez o seu poema mais célebre, tendo-se tornado um hino em todo o mundo árabe.

Natural de Birwa (Galileia, 1942), em 1948, as tropas israelitas obrigam-no a partir com a família para o exílio, do qual regressa clandestinamente um ano depois. Cinco vezes preso entre 1961-67, refugia-se no Cairo (1970) e em Beirute (1972), que abandona aquando da invasão do Líbano pelas forças judaicas (1982). Em 1993, afastou-se da OLP, a cuja direcção pertencia, em protesto contra os acordos de Oslo, que na sua opinião não representavam uma paz justa para os palestinos. Morreu em Agosto último, num hospital nos Estados Unidos, em consequência de complicações cardíacas. ▀

Escreve! Sou árabe

Escreve!
Sou árabe
e o meu bilhete de identidade é o cinquenta mil;
tenho oito filhos
e o nono chegará no final do Verão.
Vais zangar-te?

Escreve!
Sou árabe.
Trabalho na pedreira
com os meus companheiros de infortúnio.
Arranco das rochas o pão,
as roupas e os livros
para os meus oito filhos.
Não mendigo caridade à tua porta,
nem me humilho nas tuas antecâmaras.
Vais zangar-te?

Escreve!
Sou árabe.
Sou um homem sem título.
Espero, paciente, num país
em que tudo o que há existe em raiva.
As minhas raízes,
foram enterradas antes do início dos tempos
antes da abertura das eras,
antes dos pinheiros e das oliveiras,
antes que tivesse nascido a erva.

O meu pai descende do arado,
e não de senhores poderosos.
O meu avô foi lavrador,
sem honras nem títulos,
e ensinou-me o orgulho do sol
antes de me ensinar a ler.
A minha casa é uma cabana,
feita de ramos e de canas.
Estás feliz com o meu estatuto?
Tenho um nome, não tenho título.

Escreve!
Sou árabe.
Roubaste os pomares dos meus antepassados
e a terra que eu cultivava com os meus filhos;
não me deixaste nada,
apenas estas rochas;
O governo vai tirar-me as rochas,
como me disseram?

Escreve, então,
no cimo da primeira página:
a ninguém odeio, a ninguém roubo.
Mas, se tiver fome,
devorarei a carne do usurpador.
Tem cuidado!
Cuidado com a minha fome,
Cuidado com a minha ira!

Mahmud Darwish



Porto, capital do cinema

“Che” abre Fantas’2009

Com Benicio del Toro (Melhor Actor em Cannes) a fazer de Ernesto Guevara, “Che: O Argentino” é o filme de abertura do 29º Fantasporto, que decorre de 16 de Fevereiro a 1 de Março. Realizado por Steven Soderbergh (“Sexo, Mentiras e Vídeo”, “Erin Brockovic”, “Ocean’s”), reconstitui a cruzada do mítico combatente, desde o desembarque na Cuba do ditador Batista até à vitória revolucionária em Havana, ao lado de Fidel.

A 29ª edição do Festival Internacional de Cinema do Porto (Fantasporto) vai decorrer entre 16 de Fevereiro e 1 de Março, tendo como núcleo central as duas salas do Teatro Rivoli. No entanto, a rede Zon Lusomundo junta-se à festa e vai exhibir filmes da competição oficial em diversas salas.

Paralelamente, o espaço Cidade do Cinema funcionará na Praça D. João I com uma programação autónoma – cerca de 400 curtas-metragens, com destaque para as cinematografias espanhola, escocesa, francesa e holandesa. Relativamente às últimas edições, a Cidade do Cinema quase duplicará a sua área, acolhendo também animação de DJ’s, projecção de propostas alternativas ao festival e debates/encontros com a comunicação social e o público.

Relativamente à programação – “em termos de qualidade, a crise não passa por aqui”, segundo a directora do certame, Beatriz Pacheco Pereira –, a extensão da lista de filmes a concurso e em exibição não permite aqui a sua abordagem. Há, no entanto, alguns aspectos a destacar.

Fonseca e Costa distinguido

Nome importante no panorama do novo cinema português, que ajudou a fundar com “O Recado” (1972), José Fonseca e Costa – que a organização apelida de “o bom da fita” – vai ser homenageado pela sua carreira, já com mais de meio século.

Fonseca e Costa é um dos mais representativos realizadores do cinema português de autor. A maior parte dos seus filmes estão centrados na comédia de costumes (“Kilas, O Mau da Fita”, “Sem Sombra de Pecado”, “Viúva Rica, Solteira não Fica”) ou no drama social e político (“A Balada da Praia dos Cães”, “Cinco Dias, Cinco Noites”).

A sua presença no Fantasporto vai ser uma oportunidade para o reencontro com o seu público e para uma troca de ideias sobre a Sétima Arte numa *masterclass* que culminará com a entrega do Prémio Carreira na sessão de encerramento.

Mas esta não será a única face visível do cinema português. Haverá, ainda, uma selecção de longas e curtas-metragens da mais recente produção nacional.

Bava, o fantástico italiano

Quando se fala de grandes realizadores do terror italiano e se invocam reputados nomes como Dario Argento, Michelle Soavi ou Lamberto Bava, convém não esquecer que o pai deste último, Mário Bava, foi o fundador e alma-mater deste subgénero e marcou uma geração do cinema italiano e europeu.

Iniciando-se no cinema como fotógrafo de Roberto Rossellini, e fazendo a escola do neo-realismo italiano, nos anos 60, Bava encontrou o seu lugar na combinação de originalidade e plágio de que se faz o cinema de culto. Inspirado nos clássicos do terror da Hammer e das novas propostas de Roger Corman, Mário deu ao fantástico um toque latino, uma sensualidade mediterrânica, um erotismo de sociedades menos atreitas à censura. Em filmes como “The Girl Who Knew Too Much”, a versão distribuída nos Estados Unidos sofreu vários cortes da censura, nomeadamente em cenas mais ousadas de sexo e droga.

No relançamento do cinema fantástico europeu, e numa altura em que o cinema americano já dominava o mundo, Mário Bava teve a sagacidade de se apoiar nos mitos do fantástico tradicional, e por isso podemos encontrar nos seus filmes actores de renome como Barbara Steel, Boris Karloff e Christopher Lee, entre outros.

Mário Bava tem sido um dos mais esquecidos cineastas europeus, ele que é o maestro dos mestres. Por isso, o Fantasporto vai render-lhe uma homenagem merecida, com a exibição de alguns dos seus mais significativos trabalhos.

O culto de Buttgereit

Há 20 anos, a exibição de “Nekromantik” no velho Carlos Alberto foi uma das experiências mais marcantes da história do Fantasporto. “Jorg Buttgereit, cineasta maldito na Alemanha, que trazia as bobines na bagagem de mão para evitar que fossem apreendidas na Alfândega, provocador síntese de sexo e morte, Eros e Thanatos, e gore, fez então as delícias de espectadores ávidos de experiências únicas. Com o passar do tempo, continua provocador como sempre, polémico quanto baste e, no intervalo das suas crónicas em jornais católicos sobre a morte e o pecado, continua a fazer furor no cinema”. A retrospectiva do trabalho de Buttgereit inclui a totalidade das suas longas-metragens: “Nekromantik” e “Nekromantik 2” (banido na Alemanha), “Der Todersking”, “Schramm” e “Captain Berlim versus Hitler”.

No imaginário do cinema de terror psicológico, “Nekromantik” ocupa um lugar de destaque. A estranha paixão entre dois necrófagos e um cadáver em decomposição é, seguramente, uma das imagens mais chocantes da Sétima Arte. Para quem participou no festim do Carlos Alberto, há 20 anos, esta será uma oportunidade única para ver a obra completa do realizador. Para quem não conhece, é uma ocasião de ver algo singular na história do cinema e descobrir um polémico cineasta.

Reforço do eixo Norte-Galiza

Este ano, os organizadores do Fantasporto não precisaram de ir muito longe para escolher a cinematografia a destacar. Habitualmente selecciona-se um país para homenagear, mas, nos últimos anos, tem-se verificado uma presença constante de filmes oriundos da Galiza, pelo que, como afirmam, “se justifica um destaque particular a uma produção autonómica em crescendo” – prova dessa vitalidade, é o premiado “Un Franco, 14 Pesetas” (Grande Prémio da Semana dos Realizadores no Fantas’2007).

O regresso da Coreia

Outro dos grandes focos do Fantas’2009 é o regresso em força do cinema sul-coreano. Depois de alguns anos em que tardou em encontrar o seu rumo original, esta cinematografia volta a ser um garante de qualidade e espectacularidade. Prova disso são dois dos filmes confirmados: “Hansel & Gretel” e “The Chaser”, que acabam de ser premiados no mais importante festival de cinema fantástico sul coreano.

O cinema da Coreia do Sul retoma o terror, agora de forma mais violenta e sangrenta: num caso, partindo de uma história tradicional europeia e refazendo-a como conto de horror (“Hansel & Gretel”); no caso de “The Chaser”, apostando num terror mais urbano, no submundo da prostituição. ▶

Casa da Música, 15 de Maio

Patxi Andión regressa ao Porto

Nos anos 60, emocionava com belíssimas canções de amor, a par de implacáveis retratos de injustiças e misérias. Actualmente, sobe ao palco apenas em ocasiões especiais. Uma das últimas – a última em Portugal – foi em 2000, no âmbito do congresso do Sindicato dos Professores do Norte, no Coliseu do Porto. Um concerto memorável!

Regressa agora, para visitar o Porto e a Guarda (Teatro Municipal, 16 de Maio). Um regresso que se deve, em grande parte, ao facto de Portugal ser, como ele próprio declara, “um país que eu também sinto como muito meu”.

Desde os tempos em que pisava os palcos, cantando “Nos pasarán la cuenta”, “Veinte Aniversário”, “Aquí” ou “La Jacinta”, entre tantas outras, muita água correu e muita vida passou, tendo sido actor de cinema e professor de Ciências da Informação na Universidade Complutense de Madrid (onde ainda lecciona).

Até que a necessidade de voltar a assumir compromissos chegou. E com ela, «Nunca, Nadie» – no seu último disco, Patxi Andión ousou (re)gravar algumas das ‘velhas’ canções, dando-lhes um nova roupagem e, em alguns casos, modificando as letras.

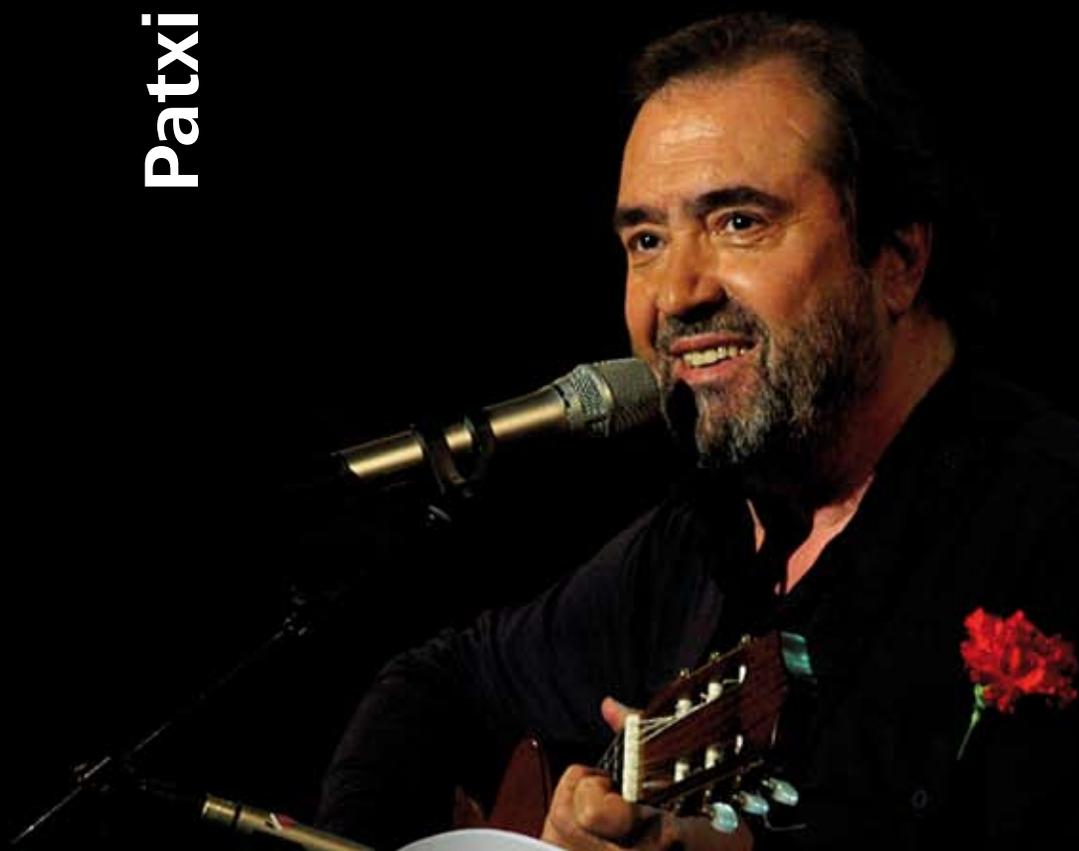
Agora parece que um novo CD estará na calha... Enquanto não chega, há dois concertos – absolutamente a não perder!

“Pedem-me que escreva algo sobre mim, mas o conhecimento que continuo a ter de mim mesmo, ao fim de 60 anos de convivência comigo, não passa de um conjunto de subjectividades, desculpas, inexactidões e segredos embaraçosos e cúmplices, mesmo quando tento comunicar com sinceridade e entender-me com esse outro eu (o que fumava tabaco negro, que tosse como eu e tem a minha voz), aquele com quem estou condenado a passar o resto dos meus dias.

Escrevo, componho e canto com a pretensão de aprender algo que me permita entender-me melhor. Embora, a maior parte das vezes sejam as coisas que faço que melhor me definem. Porque tudo está nas canções.

Por outro lado a minha imagem é o juízo que fazem de mim os outros em conjunto, e é portanto falsa como são todas as generalizações. Não sou um céptico nem um ingénuo, mas sou um pouco de tudo isso. Vivi em terra de ninguém, sou raiano, heterodoxo e interrogo-me. O único valor da minha obra é o de ter sido a ferramenta que me permitiu ir construindo a minha vida.

As palavras, as notas são prendas insuspeitas e imprevisíveis. Dádivas que já existiam antes de as encontrarmos e que continuarão a existir depois disso. Não são portanto mais que empréstimos que tomamos para usar a nosso bel-prazer, às vezes destruindo, as outras vezes acabando por conseguir dar-lhes a ordem devida. Nunca me considerei dono de nenhuma delas e nunca trabalhei com materiais que contribuíssem para moldar a minha estátua”.



Declaração de interesses

- Particpei nas duas megamanifestações de educadores e professores que surpreenderam todo o mundo (menos a ministra enalhada no autismo socratino) e fiz parte dos mais de 90% que aderiram às duas super-greves – em resultado destas, reconheço humildemente, apenas *nano-contribuí* para a preservação da natureza de um qualquer afortunado sobrevivente do BPN.

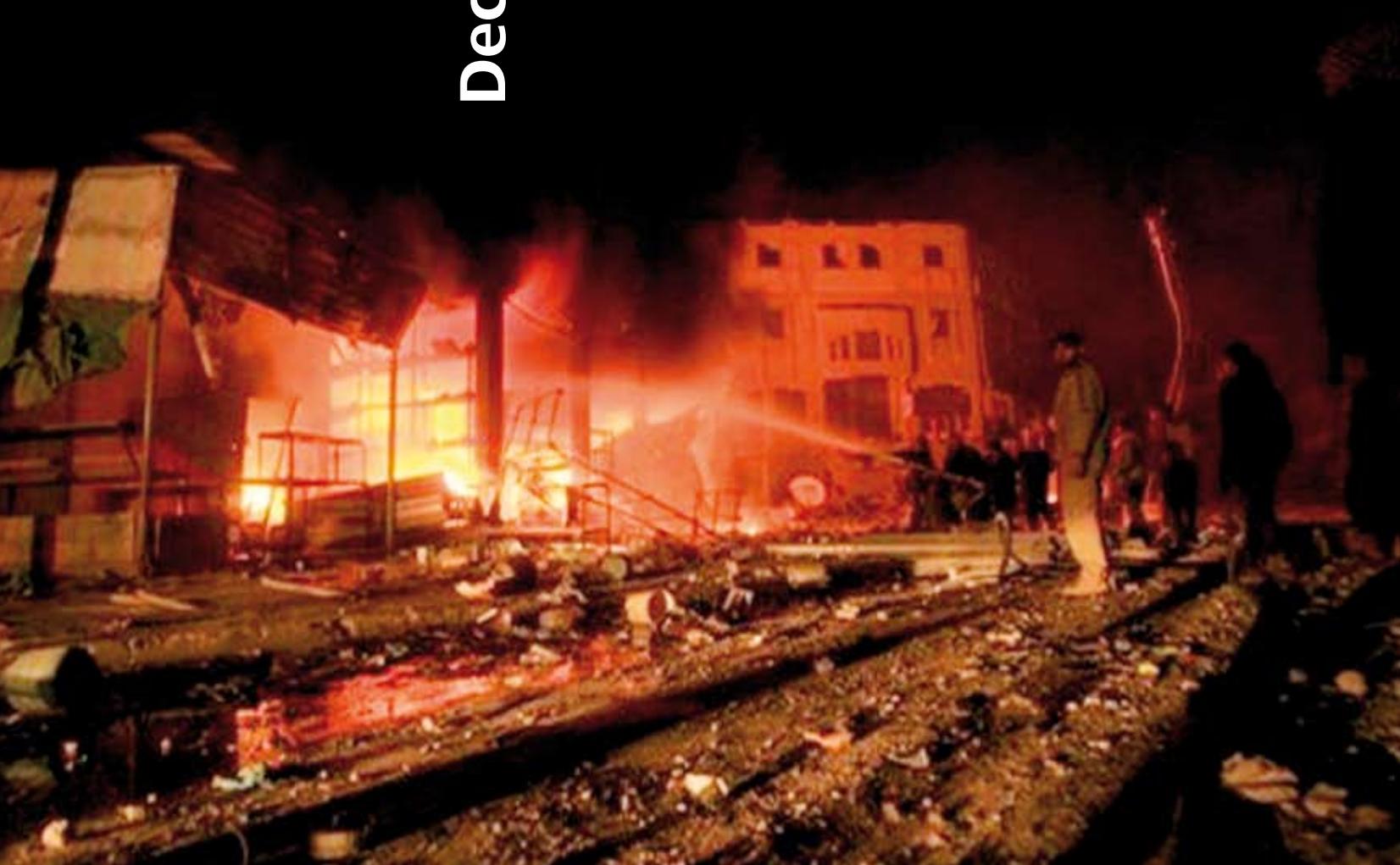
- Declarei-me, sou e continuarei a ser (e a parecer, dentro do possível) objector de consciência; nada tenho contra israelitas e/ou palestinos (a não ser a distância) e admito que só uma qualquer perturbação pessoal, ou percalço dos protagonistas, me pode fazer parecer que os *holocaustizados* viraram *holocáusticos*.

- O senhor da página anterior não sabe que foi através dele – *veinte años de estar juntos (...) la, la, la, la...* – que comecei a “arranhar” castelhano (na altura, *espanhol*), mas eu sei que em Matosinhos ele comeu dos melhores percebes que tinha comido até 2000, aquando da sua última actuação no Porto (Congresso do SPN). Sei, claro está, porque ele mo confidenciou; como também me disse que fez questão de vir de carro de Madrid até ao Porto, para poder entrar pelas Beiras, onde já não passava há anos, e por lá comer um bacalhau como nunca mais comeu igual; e a cerveja da Galiza (do Campo Alegre), *perfecta!* Mas agora já lá não podes fumar...

Lá me perdi com a declaração de interesses e não declarei ao que vinha. E a rotativa já rola...

E já lá vem mais uma manif e outra greve, outro *rocket* e mais raides aéreos... E flores e perfumes (para ti) e algum vinho (para mim) e palavras que não se estorvam nesta quase canção.

António Baldaia





nesta edição

- a abrir
02. **Da Casa Branca para o mundo**

editorial

03. **Tenacidade e resistência**

acção sindical

04. **A nossa luta não esmorece**
06. **Aposentados reclamam outra política social**
07. **Mais precariedade no horizonte**

a voz dos professores

A situação actual dos professores exige que não fiquemos confinados na consciência da gravidade do estado da Educação em Portugal, mas que esta consciência crítica se traduza em acções concretas. O conflito que opõe educadores e professores ao Governo resulta de uma acumulação de tensões que não se confinam à questão da avaliação. Cansados de maus tratos, os docentes dão voz à sua indignação, e escrevem a denunciar a situação. Individualmente, afirmam razões que são colectivas.

08. **Sistema educativo: modernização ou domesticação?**
12. **A avaliação num impasse**
14. **A devassa da escola e dos professores**
15. **Sejamos temerários, determinados, íntegros**

centrais

Avaliação de desempenho: que obrigações para os professores?

nacional

19. **Trabalhadores saem à rua em Março**

internacional

20. **Docentes brasileiros: nova tabela salarial**
21. **Piso nacional da educação, conquista popular**

vemos ouvimos e lemos

De acordo com a OCDE, as despesas dos Estados-membros com a educação ascendem a um bilião de dólares. É um mercado apetecível, e liberalização foi definida pela Estratégia de Lisboa.

22. **Crónica de uma morte anunciada**

em foco

Para entender o que se está a passar em Gaza é necessária muito mais informação do que a proporcionada pelos comentadores instantâneos que invadem as televisões e as rádios e pelos enviados que se conformam a veicular a realidade fabricada pelo Estado-Maior israelita.

24. **Guerra contra Gaza já estava na agenda**
26. **Jovens judaicos pela paz**
27. **Escreve! Sou árabe**

divulgação

28. **“Che” abre Fantas’2009**

apostas spn

30. **Patxi Andión de regresso ao Porto**

a fechar

31. **Declaração de interesses**

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXIV · II Série · N.º 28

Janeiro 2009 · 2 euros

spninfo@spn.pt

